

O DISTRICTO DE AVEIRO



PUBLICA-SE ÀS TERÇAS E SEXTAS-FEIRAS

Preços: (com estampilha)
Anno, 3\$540 réis — Semestre, 1\$770 réis —
Trimestre, 935 réis.

Subscribere-se e vende-se unicamente no escriptorio da administração, rua Direita n.º 28. — Publicações de interesse particular, são pagas — Folha avulsa, 40 réis — Anúncios, 20 réis por linha — Correspondencia não franqueada, não sera' recebida — Artigos mandados a' redacção, sejam ou não publicados, não serão restituídos.

Preços: (sem estampilha)
Anno, 3\$000 réis — Semestre, 1\$500 réis —
Trimestre, 800 réis.

NUMERO 295

TERÇA-FEIRA 10 DE MAIO DE 1864

QUARTO ANNO

AVEIRO

A ordem e disciplina estão completamente restabelecidas no primeiro estabelecimento scientifico do país. A camara dos deputados indeferiu a petição de perdão d'acto aos academicos de Coimbra, e elles com este desengano voltaram aos trabalhos que haviam abandonado.

Depois do que se havia passado não podia ser outra a resolução da camara.

Os precedentes, se não auctorisavam o perdão d'acto, desculpavam-no todavia; e nem elle tem os inconvenientes que se hão notado com exactidão.

Ha em todos os estabelecimentos scientificos e em todos os annos alumnos que podem e querem saber para quem o acto final é uma mera formalidade, e outros que não podem ou não querem saber, a quem as provas finais não melhoram as condições d'ignorancia ou incapacidade com um dia de estudo ou mesmo mais um anno de repetição em que subsistem as mesmas faltas; a dispensa do exame final é uma mera formalidade para os primeiros, e uma inutilidade para os segundos, a quem com mais ou menos repetição d'anno a universidade de Coimbra, salvas rarisimas excepções, ainda não fechou as suas portas.

Mas uma vez pedido o perdão d'acto e de algum modo exigido, a sua concessão era impossivel. Se o governo ou o poder legislativo transigissem n'esta conjunctura, teriam decerto que soffrir as consequências de tão inconveniente condescendencia. O espirito academico tornar-se-hia insaciavel, e as exigencias haviam de multiplicar-se e repetir-se.

A denegação aos academicos foi, attento o seu procedimento, um passo justo e necessario que produziu os melhores resultados. Livres os espiritos academicos dos caprichos, que imaginações exaltadas lhes haviam figurado, a ordem restabeleceu-se como por encanto, restando das leviandades academicas as graves consequências de dez dias de interrupção nos estudos — sete faltas no fim do anno que hão de ser fataes para muitos.

Resta ao governo remediar estes inconvenientes, mandando abonar as faltas dadas por esta occasião. Se as leis penaes civis se accommodam ás circumstancias dos factos, os academicos tambem lhe não podem ser indifferentes. Se as paixões violentas attenuam a criminalidade de attentados graves, com maior razão o devem fazer quando se tracta de leviandades sem consequências.

O corpo academico zela o seu pundonor por forma que não é difficil commetter excessos quando a sua imaginação, facil em se exaltar, l'h'o afigura offendido.

Pareceu-lhes um attentado aquillo que não passou de um dever, e sem terem quem lhes mostrasse os erros em que laboravam, deixaram-se despenhar.

Sirva-lhe tambem de desculpa o verdor dos annos, e mais que tudo o ter-se-lhe alimentado a idéa do perdão d'acto. Ha muito tempo que ella se lhe devia ter feito desaparecer, se não officionalmente ao menos indirectamente. Similhante

idéa era inconveniente, e devia occultar-se ainda mesmo que tivesse de ter logar. E' com ella que o perdão d'acto é prejudicial.

A recordação pelo sr. José Estevão Coelho de Magalhães, e o respeito pelo que lhe pertenceu cada vez se avivam mais n'esta terra que lhe deu o ser.

Nos dias 5 e 8 do corrente teve logar a arrematação da mobilia d'aquelle chorado amigo; muitos foram os que mostraram desejos de possuir um objecto seu, mas nem um houve que disputasse á viuva a compra de qualquer.

Apraz-nos que o nome de José Estevão, que permanecerá indelevel na historia e na memoria dos que apreciaram as suas virtudes civicas, impoula respeito e consideração. Esses sentimentos manifestados por uma nação inteira mal podiam começar de apagar-se aqui, onde as virtudes d'aquelle cidadão prestante mais se manifestaram.

Aveiro que deve a José Estevão mais que nenhum districto a outro qualquer homem publico, ha de continuar o respeito pela sua memoria. Assim o esperamos.

O arredondamento das freguezias

Depois d'um somno de quasi dois annos, as commissões foram despertadas pelo governo para proseguirem nos trabalhos de arredondamento, suppressão e divisão das freguezias. Este passo já se devia ter dado ha mais tempo, para cortar todas as anomalias, que por ahí se vêem.

Prasa a Deus que ellas concluem os seus trabalhos com a perfeição, que tanto é para desejar; duvidamos todavia por que compostas de homens, que, apesar de serem caracterizados pela maior rectidão e illustração, tem de lutar, como lutam, com grandes difficuldades, que os embaraçam na vereda da justiça tanto, que se vêem na dura necessidade de conservar freguezias, que desde muito tem estampados os sellos da sua suppressão.

E nós apresentamos as rasões, que escudam o que avançamos.

Todos sabemos muito bem que o patronato é hoje a mais apreciavel moeda, que corre em todos os mercados.

São poucos os que deixam de se enamorar do seu emprego em qualquer coisa, ainda mesmo que se compenetrem da ausencia de rasões, que o tornem menos escandaloso.

Ora, como as commissões installadas nas cabecas dos concelhos tem relações d'amizade com quasi todos os parochos d'esses concelhos, vêem-se na necessidade de annuirem aos instantes e repetidos pedidos d'esses parochos, para conservarem inalteraveis as relações d'amizade, indispensaveis para todas as eligções, e para se eximirem do incommodo e enfado, que tão incessantes empenhos lhes causam.

vido mais que a minha esperanza, e terá já o perfume da recordação.

« Quanto a elle, partiu dizendo-me estas unicas palavras:

« Guardae esta carta como minha desculpa, e Deus queira que eu seja tão feliz como desejas! mas duvido. Julgae vós mesma a este respeito.»

« Elle devia, na situação em que nós estavamos, dizer-me estas palavras; podia dizer menos e não podia dizer mais.

« Ah! elle ama muy profundamente esta mulher!

« Para que m'a sacrificaria, a mim, que elle não conhece senão ha alguns dias, e como resistir a uma carta como a que acaba de receber e que elle me entregou para se justificar a meus olhos, dizia elle. Eis aqui a cópia:

Lydia a Juliano

« Paris.

« Perdoa-me, Juliano, o que te tenho feito e soffrer ha alguns mezes; mas eu amo-te mais que nunca! Quero ser tua para sempre! Amas-me muito, para que eu te não sacrifique tudo. Parto para Lyão. Deixa Marselha logo que receberes esta carta. Achar-me-lhas em Lyão, no

D'aqui provém a conservação de muitas freguezias, que nem a sua posição topographica, nem a commodidade dos povos, nem o numero de fogos lhes dá direito a isso.

Não queremos, porém, dizer com isto que todas as commissões estão n'aquelle caso; porque algumas haverá que não hão de saber obter as exigencias do patronato; mas essas hão de ser raras, e o arredondamento ha de ser por isso mesmo pessimo.

O governo andou mal em mandar fazer semelhante genero de trabalhos por commissões concelhas. Para elles se não resentirem das influencias locais, como era para desejar, devia o governo proceder de outro modo. Devia mandar de Lisboa um ou dois engenheiros para cada districto, a fim de fazerem taes trabalhos com o devido acerto e regularidade. Sem homens estranhos ás localidades, onde tem logar o arredondamento, difficilmente veremos a perfeição, que se exige. Não é possivel esperarmos um trabalho completo.

Não admira, porque em Portugal são quasi todas as coisas assim.

A. F. de Campos.

Transcrevemos da correspondencia de Aveiro no «Seculo XIX» a parte que se refere ao nosso patricio e amigo. Fazemo-lo por pedido do seu auctor e por vontade propria:

« O dignissimo professor de canto-chão, Manuel Rodrigues Branco, deu hontem por concluidos os trabalhos d'este anno lectivo, já por ser o ultimo dia d'aquella aula, já por que s.ª tem de sair do bispado, creio que para essa cidade ou suburbios, onde vae exercer as funções do magisterio. Sua s.ª despediu-se dos seus alumnos com as expressões mais affectuosas e cordaes. Não é para os estreitos limites d'uma correspondencia o dizer tudo, que elles então sentiram; todos espontaneamente protestariam a gratidão e saudade summa, que experimentavam, se não fosse o respeito devido ao mestre e ao logar.

Na verdade é para sentir esta ausencia do sr. Rodrigues Branco, que por tanto tempo despenhou aqui com a competencia, e aptidão, que o caracterizam as funções do magisterio. S.ª desvelava-se, e envidava todas as forças pelo adiantamento dos seus alumnos; e viu os seus trabalhos coroados em bons estudantes que d'ali saíram.

O sr. Rodrigues n'um sentimental discurso, que dirigiu aos estudantes presentes, aconsellou-os a trabalhar afanosamente no sagrado laboratorio da sciencia, e a guardar conducta exemplar no ministerio, que tinham encetado. Estavam todos profundamente commovidos.

Por fim s.ª apertou com ardor a mão a todos os estudantes ali presentes, e pediu que transmitissem aos seus condiscipulos, que faltaram, aquella saudosa despedida. Possa s.ª al-

« mesmo hotel, onde me escreveste pela primeira vez depois da nossa separação, e onde foste tão desventurado. De lá fugiremos, seja para onde for. Com tanto que estejamos juntos, seremos felizes. O futuro é nosso! Que importa o resto! Ainda oito dias de ausencia, e eu enlouqueceria. Vem depressa dizer-me que me amas.

« Tua eternamente

« Lydia. »

« E eu, Camilla, que vae ser de mim? Não faço senão chorar, e parece-me que n'um dia o meu coração envelheceu sessenta annos!

« Euphemia. »

XIV

Ao senhor Marcel, negociante, rua de Clerly.

Lyão.

« Meu caro irmão, Cheguei hontem a Lyão, mas era muito tarde para ir logo em seguida a casa do senhor Rousseau. Ceci e dei-te-me; mas esta manhã muito cedo, desempenhei a minha commissão. O senhor Rousseau vae expedir-te oito a dez peças do seu ultimo artigo; é optimo e muitissimo barato. Não tem o gros de Napoles que pedes, e não

caçar as venturas, que deseja, e que nós ardentemente anhelamos, com todos os seus discipulos.

Por fim recoba o joven e sympathico professor um longo e respeitoso adeus!...

A. F. A. Coelho. »

Continuam a ser bem tristes as noticias recebidas do Cabo Verde.

Damos em seguida publicidade a parte de uma carta escripta d'ali, em data recente, a um nosso amigo, que relata as circumstancias em que se acham os habitantes d'aquella ilha.

« A tua offerta sensibilizou-me por que me faz ver melhor a enormidade das desgraças que se vão succedendo, e que o effeito é tão sentido ao longe, que já tocam a rebate. E não ha duvida; esta terra está experimentando, o que eu nunca julguei ver em minha vida! Para te narrar alguma coisa que corrobore o que já disse, dir-te-hei, que esta escripta tem sido interrompida, por vastas vezes, pelos esfomeados que me cercam a porta e me deitam olhares cadavericos. Quizera dar a todos, mas não posso; e é preciso (com que magoa o eu faço!) ameaças e ralhos para me não vedarem a porta, a quem entra ou sae. Os tardios e escagos remedios do governo d'aqui, são além disso mal applicados, e distribuidos de fórma que já tem morrido muita gente; e se o governo de Lisboa não dá providencias; se não manda um governador humano e diligente; em menos de tres mezes que vão correr morrerá um terço da população d'estas ilhas. Se te disser que se especula com os socorros que de Lisboa tem vindo, é sem mentir: — Nós, os particulares, é que sentimos os maus effeitos d'estas faltas, porque só nos vemos cercados de pedintes; como tambem não podemos dormir descansados, sendo preciso rondar a minha casa e armazem, para não amanhecer pobre como Job. Tomára mudar-me para a Praia, porque lá ha tal ou qual policia que nos assegura mais tranquillidade. O desleixo de um governador mata centenas, e milhares de creaturas; e o governo da metropole não reude este homem, porque não se informa das desgraças que aqui ha: os que gritam tem medo de fallar, porque estão na dependencia d'uma meia duzia de especuladores que tem aqui a maior influencia; que dispõem de tudo e de todos, e só a quem o mau governador convem, porque o torcem ao geito dos seus interesses. Ha meia duzia para quem o governador é tudo bom, e o resto geme, vittima de vinganças, de ambições, e de coices; digo de coices, porque (podes acreditar o) estes grandes homens de Cabo Verde são uma récta de ignorantes chapados, e exercem uma pressão sobre as auctoridades, que faria inveja aos de Lisboa. Isto não é metter-me em politicanista é chorar desgraças para as quaes se conhece remedio, mas que nunca se pode esperar. Deus se amercie de nós!»

o poderá ter senão d'aqui a alguns dias. Quanto ás fitas, creio que te convirão; não as achei em casa do senhor Rousseau, foi-me preciso ir a casa dos Louvard, que ficaram muito satisfeitos por abrirem relações contigo. O praso é de cento e dez dias. Sempre são tres semanas mais. Mandeí enfadar e expedir immediatamente, depois entrei no hotel, onde fui testemunha d'uma scena muito curiosa. Quando ia a passar o liminar da porta, um carro de posta parou, e uma mulher toda vestida de preto, com o veu descido, sem bagagem, tendo o ar d'uma louca, parecendo sobre tudo não querer ser vista; desceu da carroagem, e passando por diante de mim, correu ao escriptorio do hotel dizendo:

« Dae-me um quarto.

« Onde, senhora?

« Onde quizerdes.»

« Eu estava muito curiosa. Fiz signal ao criado, que conhecia. Fel-a subir para um quarto contiguo ao meu.

« Boa aventura, senhor! me disse elle; « isto é fructa de Paris.»

« A dama entrou no seu quarto sem mesmo o examinar; pediu que a deixassem dizendo, que não precisava coisa alguma, mas que esperava alguém, pronunciando um simples nome de baptismo.

(Continua.)

FOLHETIM

UM MAÇO DE CARTAS

POR

ALEXANDRE DUMAS, FILHO

TRADUCÇÃO

POR

H. Pereira.

(Continuação do numero antecedente)

« Vêde, disse eu a Juliano, não ha pedra por mais dura que seja, que não produza uma flor.»

« Elle olhou-me com uma especie de ternura e aproximou-se d'esta flor para a colhêr e dar-m'a.

« Oh! não a colhaes, disse eu; ella deve ter soffrido tanto para vegetar aqui!»

« Elle apertou-me a mão.

« Vós sois boa, me disse elle.

« E pareceu-me vêr uma lagrima em seus olhos.

« Amanhã voltarei a ver se esta flor morreu.

« Poderei colhê-la, eu, porque ella terá vi-

Foi enviada á camara dos srs. deputados, por via do sr. Thomás Ribeiro, a representação dos estudantes da universidade de Coimbra, cujo conteúdo é o seguinte :

«Senhores deputados da nação portugueza.

A academia de Coimbra reunida em assemblea geral no dia 18 do corrente, constituiu-nos em comissão, a fim de que imploremos de S. M. a graça de dispensar-nos da ultima prova dos nossos trabalhos academicos. Pediamos esta graça em commmoração do fausto nascimento do principe herdeiro da corôa de Portugal.

E' a vós, senhores deputados, que nos dirigimos hoje. Quando recorremos ao poder executivo, não ignoravamos que era a vós que deviamos requerer. Esperavamos, porém, que o governo tomando em mão o nosso pedido, vol-o apresentasse como de iniciativa sua.

Esperavamos que não tivéssemos duvida em reconhecer como representantes da academia aquelles, que a esta haviam merecido tão alta honra, pois que quando uma outra comissão cumprimentava aqui SS. MM., nenhum dos membros do actual governo se lembrára de pedir aos representantes da academia o seu titulo de procuradores.

Esperavamos enfim que se o governo entendesse que S. M. era incompetente, não affrontasse com considerandos de todo o ponto inúteis a comissão que se lhe dirigira, e a academia que ella representava.

A vós pois, senhores deputados, em nome da academia que nos constituí de novo seus representantes, pedimos que se nos faça justiça, e reconheça o nosso direito; o nosso direito, sim, porque é costume não interrompido desde o fundador da universidade, o conceder dispensa da ultima prova dos nossos trabalhos academicos, pelo nascimento do herdeiro presumptivo da corôa.

No tempo do governo absoluto, faziam os monarchas, que tinham então poder legislativo, esta concessão: e no tempo do governo representativo, que felizmente nos rege, ainda ella foi ratificada pela carta de lei de 9 de abril de 1838.

Senhores deputados: a academia de Coimbra não despresou, nem descurou o estudo e a sciencia; a academia, nascida no meio das idéas civilisadoras e progressistas do seculo actual, estima e preza a illustração como mobil do verdadeiro progresso. Mas a academia, conscia da sua dignidade, não quer ver seus brios offendidos e seus direitos postergados.

Assim esperamos que vós, os sacerdotes do santuario das leis, não sereis surdos aos brados da injustiça que solicitamos.

Coimbra, 29 de abril de 1864. — Joaquim José Maria de Oliveira Valle — Pedro Victor da Costa Sequeira — Casimiro Antonio Ribeiro — Henrique de Bessa — Manuel de Oliveira Chaves e Castro.»

(COMMUNICADO)

No dia 24 d'abril ultimo disse missa nova em Recardães, o sr. padre Manuel d'Almeida.

Ao romper do dia, o estourar das bombas e o tanger dos sinos, accendia no coração dos habitantes d'esta freguezia, o contentamento de que todos partilhavam, fazia-os correr aqui e ali, para apertar n'um abraço o illustrado levita, filho querido de honrados lavradores.

Das freguezias circunvisinhas, Espinheil, Oys da Ribeira e Barrô, haviam concorrido muitos amigos do sr. padre Manuel d'Almeida, para tambem partilharem d'esta festa d'aldêa, e na egreja, excellentemente adornada, tributarem homenagem e louvor a mais um soldado alistado nos arraiaes do christianismo.

A egreja achava-se litteralmente cheia, quando começaram as ceremonias, no meio das quaes orou o sr. Pinto Ferrão.

O sr. Pinto Ferrão, depois de haver felicitado a freguezia de Recardães por um acontecimento tão jubiloso, e ha tantos annos em aberto nos annaes d'este povo, referiu alguns pontos da historia, com o fim de estimular os animos a seguirem as tendencias do coração.

O panegyrico não podia ser mais eloquente, nem a linguagem mais expressiva, para se comprehender, que a constancia nos trabalhos, e a perseverança nas difficuldades são o meio pelo qual se consegue a felicidade.

Imagine-se agora o alvoroço em que se acharia o coração do novo sacerdote, vendo se cercado d'amigos, e no semblante de cada um d'elles scintilando a expressão d'alegria, manifestada com affectos respeitosos, e amizade extremosa.

No meio d'um cortejo tão elegante, e depois de terminadas as ceremonias, houve uma refeição offerecida pelos distinctos paes do celebrante na residencia do digno parochio de Recardães.

O pequeno níque, a que assistiram cerca de sessenta a oitenta amigos dos mais auctorizados, correu de modo digno a todos os respeitos.

Além de certa simplicidade campestre, que encantava, houve optima palestra, e de quando em quando ouvia-se o chilrar alternado das mil aves, que atravessando os ares improvisavam alvoradas, para dobrar os prazeres a esta festa maravilhosa.

Para se comprehender a grandeza do rego-sijo, e uma certa naturalidade, imaginem-se além vigosos silvedos, por entre os quaes se veem rosas desfolhadas, exhalando aromas mais castos, do que os de Castalia; mais adiante, tulipas matizando

brandas relvas, e perto d'estas o despenhar da lymphá suavizando as delicias d'uma festa entre irmãos.

Acabado o banquete foi o nosso amigo acompanhado com musica, á sua residencia por todos os moradores de Recardães, e muitos cavalheiros de fóra, que tiveram a cortezia de honrar com a sua presença esta festa, e este povo.

Ao passar pelas ruas, viam-se palmas adornando arcos, flores joviando as paredes dos moradores, galhardetes vacillando nas janellas, e profusão de foguetes, saltando d'aqui para acolá.

Durante a noite, houve charamellas pelas ruas, improvisadas pelos amigos do joven sacerdote, e distincto pregador o sr. padre Manuel d'Almeida.

Coimbra, 5 de maio de 1864.

M. D. Ribeiro

NECROLOGIO

O anjo da morte inexoravel no cumprimento da sua horrorosa missão, acaba de cortar uma preciosa vida, em que refluíam tantas esperanças!

O sr. Alegre, estudante do 4.º anno da faculdade de medicina, da villa d'Anadia, não podendo deixar de se acurvar ao peso maryrisadôr d'uma affecção pulmonar, partio no dia 5 do corrente para as regiões dos mortos, apesar de seus irmãos e seu pae lhe assistirem com todos os recursos da medicina.

Bem como a flor, que, começando a rasgar purpuras nos imperios da manhã, se reclina fanada sobre a hasta na tarde, aos sopros queimadôres d'um tufão; tal foi o sr. Alegre, que, apenas encetando a ostentar as gallas do talento e o brasão das suas acções, fugiu nas azas negras da morte dos braços de sua extremosa familia, como o sopro, que apagar as luzes, apenas por ellas passa!

Deventurosa familia! desafortunado mancebo! Para sempre se apagou essa luz brilhante, que apenas mostrou os seus resplandôres nos primeiros ásomos da vida!

Para sempre emmurcheceu essa planta previligiada, que apenas começou a lavar as esmeraldas de bellas produções nas officinas do talento!

São decretos imprescritiveis da Providencia Divina!

Agora só nos resta prantear tão prematura morte, e entereçar os meus mais sinceros pesamos á familia do finado.

A. F. de Campos.

Publicamos em seguida o discurso do sr. Faria Guimarães, pronunciado na camara dos srs. deputados na sessão do dia 30 d'abril.

O sr. Faria Guimarães: — Estimaria que a palavra me fosse concedida em occasião que estivesse presente o sr. ministro da fazenda, porque tinha a pedir a s. ex.ª algumas explicações sobre projectos da iniciativa do governo, e da propria iniciativa do sr. ministro, que estão affectos á commissão de fazenda desde o anno passado, alguns dos quaes me consta que já teem parecer prompto para serem trazidos á camara, mas que com tudo o não teem sido até hoje.

Pôde ser porém que, na ausencia de s. ex.ª, algum dos illustres membros da commissão de fazenda possa dar-me explicações a respeito d'esses projectos, e por isso direi o fim para que tinha pedido a palavra.

Desejava saber do projecto apresentado por s. ex.ª, que é, com pequenas alterações, copia de outro apresentado pelo sr. Antonio José d'Avila, relativamente á redução dos laudemios á quarenta nos bens mandados desamortisar pela carta de lei de 4 de abril de 1861, em cujo projecto se fez tambem a ampliação dos bens das camaras municipaes, confrarias e misericordias. Desejava saber se s. ex.ª ou a commissão tencionava trazer-lo á discussão na presente sessão.

Todos sabem que á excepção da venda dos bens de raiz, a que por aquella lei se mandou proceder, não é possível executar-se a mesma lei senão depois de ter logar a redução dos laudemios: quer dizer—não ha ninguem que trate de remir os foros sem que o laudemio seja reduzido á quarentena (apoiados).

Quando o sr. Antonio José d'Avila apresentou aquelle projecto, s. ex.ª mencionou o numero de requerentes que havia para as remissões; e comparados com o numero total dos foros a remir, creio que não chegava a 3 por cento.

Portanto o governo como a camara reconhecia a necessidade de trazer á discussão aquelle projecto, sobre o qual desde o anno passado está prompto o parecer.

Desejava saber quaes são os motivos que teem levado a illustre commissão a demorar a apresentação d'aquelle projecto n'esta camara; porque, como todos sabem, a sessão está muito adiantada, e se o não trouxer quanto antes, provavelmente ficará para decidir um objecto de tanta importancia (apoiados).

Creio que influíu alguma cousa no animo do governo o espirito de opposição que teve aquelle projecto por parte das confrarias quando foi apresentado pelo sr. Antonio José d'Avila; porque o projecto dizia-se que = as confrarias po-

deriam continuar a mutuar os seus capitães com approvação do governo =, e foi contra isto unicamente que as confrarias representaram a esta camara; mas nos termos em que foi apresentado depois o projecto do sr. Lobo d'Avila, não me parece que elle tenha opposição; porque sendo supprimidas as palavras = com approvação do governo =, as confrarias e as misericordias podem continuar a mutuar os seus capitães como entenderem, e com a segurança que julgarem necessaria, sem carecer de approvação do governo. N'estes termos, longe de soffrer opposição, creio que será bem recebido. E a prova está em que na commissão de administração publica, a que tenho a honra de pertencer, existem já algumas representações de misericordias e confrarias, que pedem a discussão d'este projecto.

Por consequencia se algum dos illustres membros da commissão de fazenda quizer ter a bondade de dar explicações a este respeito, muito lhe agradecerrei.

Tambem desejava saber se s. ex.ª o sr. ministro se occupa da capitalisação da nossa divida publica.

Foi apresentado n'esta casa pelo sr. Antonio José d'Avila, hoje conde d'Avila, um projecto que tinha por fim a capitalisação de toda a divida, posto que n'aquelle projecto escapasse uma parte d'ella, a que s. ex.ª de certo attenderia na discussão se continuasse a ser ministro e o projecto se discutisse. Como o sr. Antonio José d'Avila deixou de ser ministro, o projecto, que era de iniciativa de s. ex.ª, está na commissão á espera que o actual sr. ministro da fazenda apresente a esse respeito as suas idéas.

Esse projecto, com quanto traga despesas de alguma consideração, parece-me que é de absoluta necessidade, porque ha dividas sacratissimas a que é necessario attender: taes são, por exemplo, os dinheiros que existiam no deposito publico na cidade do Porto em 1828, quando foi o exercito para a Galliza, e que levou aquelles dinheiros pertencentes em grande parte a viúvas e a orphãos, e que até hoje não se tem tratado de restituir aquelle deposito nem de pagar.

Em eguaes circumstancias está o emprestimo do papel moeda, que é um emprestimo nacional (apoiados), um emprestimo que o governo em seguida á restauração da liberdade mandou fazer com abatimento de quarenta por cento, e concedendo o pagamento por inteiro áquelles que recebessem escriptos ou letras do thesouro a prazo de quatro annos.

Em boa fé muitos d'esses possuidores, em logar de receberem o dinheiro, converteram os titulos para receberem por inteiro; mas aqui houve somente a compensação de juro de quatro annos, e foram infelizes em contar com as promessas do governo; porque, quando chegou o vencimento no fim dos quatro annos, não lhe pagaram.

Ha outra divida, igualmente sagrada na minha opinião, como é o emprestimo forçado exigido pela junta do Porto ao banco commercial e caixa filial do banco de Lisboa: emprestimo, que as côrtes já declararam que era considerado como uma divida nacional, e nem podia deixar de o ser; por que aquelle governo foi reconhecido pela maioria do paiz, reconhecido e apoiado espontaneamente com a maior dedicacão pelo paiz, e tão nacional que só depois que as forças estrangeiras, e não de uma só nação, mas de quatro, intervieram na questão, é que elle teve de ceder.

Desejava que s. ex.ª se occupasse deste objecto, porque ha dividas sagradas a que é necessario attender.

Não se deve só attender a necessidades de momento, porque na occasião, em que é preciso recorrer ao credito para tirar d'elle algum proveito, é necessario, primeiro que tudo, estabelecer credito por meio de boa fé nos contratos.

Ha tambem outro projecto de iniciativa minha, que creio que está na commissão de fazenda, relativo á extincção das portagens nas estradas do Minho. Tem-se-lhe chamado projecto para a extincção das portagens no Minho, mas o projecto não diz isto; tem por fim abolir os impostos de portagens e barreiras, creados em 1850 para as estradas novamente construidas, por isso mesmo que essa lei não se cumpriu senão no Minho; de maneira que eu não peço a abolição deste imposto só no Minho, mas sim em todo o reino.

Tem-se dito, é verdade, que o mais regular seria estabelecer as portagens em todas as estradas; mas eu creio que não se inclinam a isso as idéas de ninguem, e que toda a gente hoje reconhece os inconvenientes das portagens no Minho; e estou persuadido de que a camara não votará a applicação d'este imposto ás estradas dos outros districtos do reino; e então, visto que não estamos resolvidos a adoptal-o para os outros districtos, extinga-se por uma vez no Minho.

Eu já ouvi dizer ao sr. ministro das obras publicas, que lhe parecia que esta medida devia ser adoptada, mas que era necessario primeiramente substituir esta receita por outra. Ora eu estou persuadido que o sr. ministro não tinha meditado muito seriamente n'este negocio, quando disse isto.

Esta camara votou em 1861 uma diminuição de receita de 360:000\$000 réis em favor dos empregados publicos, sem tratar de substituir esta receita por outra; e com o relatório apresentado pelo sr. ministro da fazenda, junto ao orçamento que se está discutindo, lá vem outra proposta de 200 contos de réis de diminuição de receita, tambem para beneficiar os empregados publicos, sem que primeiro se tenha tratado de saber com que receita ha de esta ser substituida.

E não se pense com isto que eu voto contra esta idéa; reconheço que é de necessidade attender á justiça dos empregados; mas é necessario que a justiça não seja só para os servidores do estado, seja tambem para os contribuintes; é preciso attender a todos igualmente.

E qual é a importancia d'aquella receita, que tanto assusta o governo ver destruida? As estradas que estão a cargo da companhia viação portuense rendem 9:000\$000 réis, e todas as outras, que estão a cargo do governo, rendem réis 6:000\$000 approximadamente, de maneira que o maximo d'essa receita será 15:000\$000 réis.

Portanto uma vez que, sem dar grande cuidado ao governo, se destroe uma receita de réis 560:000\$000 para melhorar a condição dos empregados publicos, seria uma grave injustiça ter tanto cuidado e escrupulo sobre uma receita tão pequena, cuja destruição é em favor dos contribuintes.

Posto que eu não queira ser importuno á camara, não posso deixar de fallar tambem em outro objecto; é sobre o commercio dos vinhos.

Quando em 5 d'este mez eu apresentei uma representação assignada por trinta e tres negociantes da praça do Rio de Janeiro, representação que me foi entregue por um dos mais distinctos representantes da nossa terra, no imperio do Brazil, o sr. Nazaret, desejei dizer alguma cousa áquelle respeito; mas n'aquella occasião ia se passar á ordem do dia, e eu não quize demorar a camara com as considerações que desejava fazer. Aproveitei portanto esta occasião para dizer as minhas opiniões sobre aquelle objecto.

Tendo-se aqui fallado tantas vezes n'um assumpto d'aquella natureza, e estado aqui como deputado eleito pelo Porto, cuja praça eu reputo altamente interessada n'este negocio, mal parecia que offerecendo-se uma occasião de manifestar a minha opinião, eu não o fizesse.

Declaro agora o mesmo que declarei em 1860 quando o governo, presedido pelo sr. duque de Loulé, convidou a uma reunião varios deputados conjunctamente com a commissão de vinhos, e me fez a honra de convidar-me para essa reunião. Ahi disse eu que a minha opinião era que se permittisse a livre navegacão do rio Douro e da barra do Porto para os vinhos de toda e qualquer procedencia, mas que se concedessem aos lavradores do Douro todas as cautelas que elles julgassem necessarias para que os seus vinhos não se confundissem com os outros. Esta é a minha opinião. Estou prompto a votar em favor dos lavradores do Douro todas as medidas que elles julgarem necessarias para conservarem a pureza dos seus vinhos, mas em compensação d'esta quero a livre navegacão do Douro e da barra do Porto para os vinhos de qualquer procedencia.

Aproveitei esta occasião para manifestar as minhas opiniões, porque me parecia que tendo apresentado uma representação sobre este objecto, e não tendo dito nada a esse respeito, mal pareceria não aproveitar este ensejo para declarar a minha opinião.

PARTE OFFICIAL

Ministerio dos negocios da guerra

N.º 17

Secretaria d'estado dos negocios da guerra
26 de abril de 1864

ORDEM DO EXERCITO

Publica-se ao exercito o seguinte:

1.º—DECRETOS

Tendo na devida consideração o que me representou o tenente general marquez de Sá da Bandeira, na qualidade de commandante da escola do exercito, relativamente aos uniformes dos officiaes militares empregados na mesma escola: hei por bem decretar que os lentes da escola do exercito usem nas golas dos casacos de um bordado conforme o modelo junto, que baixa com este decreto assignado pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra, devendo supprimir-se o uso da pasta, e ser preto o forro dos referidos casacos: tendo elles canhões direitos, vivos da côr dos das calças e botões de corôa entre duas palmas; ficando assim alterado o disposto no artigo 12.º do decreto de 31 de março de 1856. O mesmo ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra o tenha assim entendido e faça executar.

Paço, em 5 de abril de 1864 —REI.—José Gerardo Ferreira Passos.

Projecto de bordadura que deve ter a gola do uniforme dos lentes da escola do exercito

Sobre panno azul e contornado a parte superior da gola uma orla de 0m,005 bordada a oiro, e por baixo d'esta orla um silvado de folhas de hera; sendo estas alternadamente bordadas a oiro fosco e brilhante, tomando o corpo da gola, e tendo as folhas por ambos os lados da gola voltadas para a parte anterior da mesma.

Secretaria d'estado dos negocios da guerra, em 5 de abril de 1864.—José Gerardo Ferreira Passos.

Hei por bem modificar o disposto no decreto de 12 de fevereiro de 1862, publicado no orden do exercito n.º 8 do mesmo anno, relativo ao plano de uniforme do exercito, ordenando que se lhe façam as alterações por mim approvadas, cons-

contra a nota junta que baixa assignada pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra e que ficam fazendo parte do referido plano de uniformes.

O mesmo ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra o tenha assim entendido e faça executar, Paço, em 13 de abril de 1864. — REI. — José Gerardo Ferreira Passos.

Alterações feitas no actual plano de uniformes do exercito, a que se refere o decreto d'esta data

1.^a Que os officiaes generaes usem no pe- queño uniforme do mesmo casaco que lhes está decretado para o grande uniforme.

2.^a Que os ajudantes de campo de Saas Magestades, sendo generaes, usem entre as duas palmas posteriores da gola de uma corda de prata como distinctivo (segundo o modelo junto).

3.^a Que aos ajudantes de campo e os officiaes ás ordens de Saas Magestades que não tiverem a patente de generaes, lhes é permitido, no serviço do paço, usarem de espadas do padrão estabelecido para os officiaes generaes.

Secretaria d'estado dos negocios da guerra, em 13 de abril de 1864. — José Gerardo Ferreira Passos.

CHRONICA DISTRICTAL

Na minha «chronica» de 28 de abril lembrei ao respeitavel partido da regeneração do concelho de Agueda o caminho, que devia tomar, para sair perfeitamente dos obstaculos, que o nosso adversario pretende oppôr nas proximas eleições de deputados; e hoje proseguirei.

E' de todos sabido que o admiravel e inven- cível partido da regeneração do concelho empre- hendeu e levou a cabo uma grande empreza, co- mo foi a de arrancar o tronco do despotismo do largo terreno, que durante muitos annos havia abarcado para n'elle vejetar livremente. Esse tronco caiu e com elle os males, que avassalla- vam o concelho; pôde, comtudo, reverdescer, ad- quirir nova seiva, abroilhar novas raizes em sub- stituição das que lhe seccaram, lançar outras vergontees, e reapossar-se do terreno, que hoje é nosso, se os liames da união e da harmonia, que, prendendo entre si todos os membros do nos- so partido, faz d'elle uma só entidade, um só pen- samento e uma só idéa, se partirem por qual- quer obstinação, por qualquer motivo ou por qual- quer incidente.

Isto, porém, evita-se perfeitamente, se tiver- mos na maior consideração a felicidade do con- celho, por quem tanto temos propugnado.

Faça-se a escolha do nosso deputado, e de- pois peça-se a aprovação do governo, para o partido não ter que lutar com os inconvenientes, que da falta de tal harmonia possam emanar. Por isso recomendo a maior harmonia e união, que é a que nos dá a força necessaria para tra- var 50 campanhas eleitoraes após umas das ou- tras, e vencer as todas, sem grande esforço.

O partido já sabe quem deve ser o nosso deputado, e não deve por essa razão demorar o seu *verdictum* se é quem eu penso, e quem no meu entender está verdadeiramente no caso por todas as razões, não pôde ser melhor.

Cuidado! E' preciso annular mais uma vez os apellidos do sr. João Ribeiro.

—As audiencias geras continuam em Ague- da com a maior regularidade.

Na semana passada foi julgado um crimino- so de Recardães, e condemnado a trez annos de degredo para as Costas d'Africa. Foi uma bella lição. Aquelle criminoso era da mais perversa indole. A impunidade da culpa tinha-o estimula- do a varios crimes, sendo o ultimo de incendio e roubo a uma pobre mulher.

E' justissimo que sejam fulminados com a espada da justiça todos os criminosos de Recar- dães para enenda propria, e para exemplo dos outros.

Em Recardães tem-se assassinado, roubado e espancado todos os annos, sem que até hoje a rede da justiça os tenha amalhado.

As testemunhas são ameaçadas de morte, se disserem a verdade, como ha pouco o disse uma em pleno tribunal ao nosso respeitavel juiz.

Os cidadãos pacificos e honrados d'aquella terra são inibidos, apenas se põe o sol, de transi- tarem as ruas, porque quasi sempre são offen- didos pelos sicarios, que a infestam.

—O fornecimento de carnes verdes em Agueda não pode ser melhor. Nunca o concelho d'Agueda esteve tambem servido.

Alguns cavalheiros d'Agueda arremataram o fornecimento d'ellas, como o fizeram alguns ca- valheiros n'essa cidade.

Cabem muitos louvores á illustrada camara e aos cavalheiros, que arremataram o fornecimen- to d'ellas. Uns e outros são incansaves no cum- primento dos seus deveres.

—No n.º 291 d'este jornal lemos um comu- nicado, datado d'Anadia, a respeito dos srs. contador e escriptão Seabra d'aquelle concelho; e d'elle deprehendemos que toda a justiça está do lado do sr. contador.

Pasma o sr. Seabra tem andado na questão, que se suscitou entre ambos. S. a.º foi pronunciado pelo dignissimo juiz d'aquella comarca, o que não podia deixar de succeder, para castigar as flagrantes transgressões da lei, corri- gindo assim o pouco escrupulo e attenção do sr. Seabra na esphera legal das suas attribuições.

O sr. contador é um empregado probo, in- telligente, honrado e inflexivel no cumprimento dos seus deveres, por cujo motivo não deixava

passar as exigencias illegaes e desarrasadas do sr. Seabra, do que resultou a pronuncia de s. a.º Sentimos os desgostos do sr. contador, e do sr. Seabra.

—No dia 5 do corrente succumbiu a uma affecção pulmonar um estudante do 4.º anno de medicina, da Anadia, na flor de seus annos.

Era um mancebo muito talentoso e applica- do ás leitras.

Foi uma perda consideravel, porque havia de honrar as letras patrias com o fructo das suas lucubrações, e cultivar a medicina com dis- tincção.

Era author do romance, os «Tavoras», que bastante credito lhe conquistou.

—A' hora que escrevo está caindo copiosa chuva, que ha de fazer muito bem ás terras altas; porque já estavam bastante seccas com o vento nordeste, que não tem deixado de soprar e com o calor, que ultimamente tem feito.

Concelho d'Agueda, 8 de maio de 1864. * * *

EXTERIOR

Dos jornaes do correio d'hontem extrahimos o seguinte:

Paris, 2 de maio. — A França e a Inglaterra insistem para que o governo dinamarquez aceite o armistício com as condições exigidas pela Prus- sia e pela Austria, quer dizer, levantando o blo- queio dos portos do mar Baltico.

No entanto até agora ainda o governo di- namarquez não accedeu ás propostas das duas grandes potencias.

Hamburgo, 1. — A cavallaria dinamarqueza e uns 4:000 soldados de infantaria retiram de todos os pontos da Jutlandia para a cidade de Wi- borg, a fim de poderem embarcar, no caso dos prussianos quererem sitiar esta cidade.

De Kiel consta que os navios de guerra dinamarquezes obstruam ao desembarque de tropas aliadas na ilha de Tehrman.

Paris, 2. — Diz o «Moniteur» que a confe- rencia se reunirá na terça feira proxima.

O «Dagbladet» sustenta que melhor seria negociar com o inimigo da Dinamarca, e que se obteriam assim melhores condições do que em Londres.

Não é oficialmente confirmada a noticia de que parte para o Baltico uma esquadra ingleza. Esta medida teve o caracter de uma demonstra- ção destinada a apoiar a suspensão das hostilida- des.

Diz o «Moniteur» que o governo imperial re- cebeu do de Washington explicações satisfactorias sobre o sentido da votação dos representantes a respeito do Mexico.

O periodico «France» diz que o governo, quando renove os concelhos geras de departa- mento, não sustentará o principio absoluto das candidaturas officiaes.

Paris, 2. — A esquadra ingleza, que se dizia ter partido para o mar Baltico, está na emboca- dura do Tamisa.

Na proxima sessão da conferencia será no- vamente proposta a questão do armistício.

Em Copenhague nota-se certo descontenta- mento a respeito da Inglaterra. Como o «Dagbla- det», os outros periodicos sustentam que seria mais conveniente decidir a questão em Berliu, do que em Londres.

Malta, 1. — São satisfactorias as noticias de Tunis.

Os estrangeiros não correm agora o menor perigo.

As tropas do bey estão resolvidas defender a ordem publica e manter a constituição.

O bey fará concessões sobre a questão de contribuições apenas os revoltosos se submettam.

—Telegrammas publicados pela «Patrie»:

Londres, 30 de abril. — Das noticias de New-York consta que os federaes, na ultima acção em que foram batidos, perderam 2:000 homens, toda a artilheria e equipagens.

O general Forrest, destruiu completamente o forte Pillow. O seu quartel general é agora em Jackson, no Tennessee.

Em Washington fallava-se em diversas mo- dificações nos commandos militares. O general Gilmore será substituido por Hatch no comman- do do exercito que opera defronte de Charlestown. Hurbath, em Memphis, terá por successor Washburne; e Kilpatrick será retirado do exercito dos Potomac e enviado para Nashville.

Vienna, 30. — O «Lloyd» dá as seguintes noticias da Polonia:

«Nos districtos de Opatow e Opoczno têm sido dados novos combates pelos destamentos do corpo de Bossak, sob o commando de Junosza.

Um novo comboio de 330 sublevados partiu de Varsovia para o norte da Russia.

Tres medicos foram multados por terem prestado auxilio a alguns polacos feridos.

Na Lithuania Menzawieff mandou fechar todas as livrarias polacas.

No districto de Carcovia as auctoridades austriacas mandaram expulsar 46 polacos.

Berne, 30. — O conselho federal deu ordem para se estabelecer um deposito de material de guerra, para o caso de ter de se defender contra qualquer ataque.

VARIEDADES

Costumes. — O seculo XIX produziu

tal revolução em nossos trajos, usos e costumes, que é necessario ter visto, ou ouvido o que se observava no seculo anterior.

Apenas um cavalleiro se erguia da cama já o estava esperando o barbeiro para lhe rapar as barbas: esta operação era então mais demorada que nesta nossa época em que dois terços de cara ficam por barbear.

Vinha depois o cabelleireiro, para pentear encrespar e empoar o cabelo.

Dava-se em seguimento ao trabalho de ves- tir-se, cousa que os mais diligentes não levavam a cabo em menos de tres quartos de hora.

Concluida esta tarefa cingia o bom do ho- mem a sua espada, punha o chapéo debaixo do braço, e encomendava-se a Deus para arrostar a estação.

O homem mais independente tinha os indes- pensaveis deveres de um ceremonial distribuido com tanta exactidão, que lhe não sobrava tempo.

Davam-se as boas festas tres vezes no anno; os parabens do santo do seu nome, e no anniver- sario do seu nascimento.

Faltar a estes embozas, era quanto bastava para que duas familias se arrufassem.

Não emprehendiam a mais pequena jornada sem uma despedida, geral que se pagava no dia seguinte, e repetia á volta para se darem as boas vindas.

A ultima occupação diaria de nossos maio- res era a de dar corda aos relógios.

E não julguem que este exercicio era de pe- quena monta, porque cada qual trazia dois, e es- tes de duas caixas.

Tudo era duplicado n'aquella ditosa época: lenços de assoar, e duas caixas de polvilhos etc. (Gazeta Lisbonense)

Um ladrão honrado. — Um ladrão que se tinha feito temivel na ilha de Corsega, e que escapava sempre a todas as perseguições, foi preso finalmente e entregue á guarda de um soldado. Já se preparavam as cousas para lhe faze- rem soffrer o ultimo supplicio, quando o preso illudiu a vigilancia do soldado e fugiu. O commandante francez mandou organizar o proces- so á sentinella que o deixara fugir e foi esta con- demnada a perder a vida. O ladrão, que não tinha que recear a respeito da sua propria segurança, deixou o seu asylo e foi ter com o commandante.

— «Não me conheceis, senhor?» lhe disse elle: «pouco me importa isso. Eu sei que um dos vossos soldados vae ser supplicado por ter deixado fugir um preso que eu vos posso entre- gar.»

— «E, onde está elle?» replicou o com- mandante.

— Eil-o aqui.

— Que ouço?! tornou o commandante ad- mirado.

— A verdade. Eu sou o preso de quem vós pronunciastes a sentença de morte: venho soffrer a pena a que podia escapar-me: não quero que um innocente morra por amor de mim: tenho si- do desregrado, mas não pesam sobre mim remor- ços de tal ordem.

O official francez, admirado d'esta acção su- blime, clamou: Tu não morrerás; perdô-te, e mando restituir á sua liberdade o soldado que te deixou fugir.

Aproveita-te do fructo da tua generosidade: os teus sentimentos são de homem honrado.

(Idem.)

Quem descobriu a Australia? —

«Mr. R. H. Major, do Museu Britannico, acaba de fazer uma importante descoberta relativamente á Austria. No prefacio das suas—Early Voya- ges to Terra Australis—havia elle dito, ao acabar a narração das viagens que se fizeram até 1606, que encontrára haver n'esse anno aportado áquel- la terra, então incognita, um marinheiro hollan- dez, o que levava os geographos a suppôr até hoje que a pretensão dos hollandezes a descubi- dores d'ella ficará para sempre justificado. Mas o mesmo Mr. Major recentemente achou no Museu Britannico, um *mappa-mundi* manuscripto, que faz transferir da Hollanda a Portugal a honra de 5 annos de prioridade na descoberta da Australia.

«Portanto, sabe-se agora, authenticamente, que o primeiro descobridor d'ella foi o portuguez Manuel Godinho de Eredia ou Heredia, em 1601.»

Eis o que traduzimos do «European Times» de 22 de março de 1861, pag. 6.º col. 6.º (pe- riodico com o qual muito se parece a nossa bem pensada e interessantissima «Correspondencia de Portugal», com a leitura da qual tanto tempo for- ram seus leitores).

O leitor que desejar mais promoueres ácerca da descoberta da Australia, achal-os-ha nas *Illustrated London News* de abril de 1861 a pag. 314. E se ainda não ficar satisfeito, a mesma *Illustração* o remetterá para outra importante publicação ingleza intitulada *Archeologia*.

Parece que a resposta á epigraphe — Quem descobriu a Australia? — é — portuguezes. — (Archivo Commercial.)

NOTICIARIO

Trasladação dos restos de José Estevão. — Dentro de poucos dias vão ser trasladados do cemiterio dos Praseres para a ci- dade de Aveiro os restos mortaes do chorado ora- dor e verdadeiro patriota José Estevão Coelho de Magalhães.

Diferentes associações da capital e a mocidade estudiosa de algumas escolas resolveram já reunir-se no cemiterio dos Praseres e acompanhar os restos do grande orador, desde aquelle campo

dos mortos até á estação do caminho de ferro em Santa Apollonia. E' de crer pois que nenhuns dos amigos de José Estevão Coelho de Magalhães, dei- xem de ir prestar esta derradeira homenagem aos seus restos mortaes. O partido liberal deve lem- brar-se sempre que Jo-é Estevão jámais deixou de pôr no serviço dos justos direitos do povo, e sempre com a mesma dedicação, a sua voz, a sua penna e a sua espada.

De uma commissão nomeada pelo annuncio da escola polytechnica, recebemos hoje o seguinte aviso:

«Tendo os alumnos da escola polytechnica concordado em irem acompanhar os restos mor- taes do finado lente da mesma escola, José Este- vão Coelho de Magalhães, desde o cemiterio dos Praseres até Santa Apollonia, quando se traslada- rem para Aveiro, convidam por este meio todos os seus collegas das outras escolas para se lhes reunirem no cemiterio dos Praseres, e prestarem homenagem ao talento e illustração de quem foi tão digno membro do corpo cathedratico da escola polytechnica.

«Lisbon, 3 de maio de 1864.

« Pedro Carlos d'Aguiar Craveiro Lopes.

« Antonio Cardoso dos Santos.

« Ernesto Julio Góes Pinto.»

(Journal do Commercio.)

Prisão singular. — A's 3 horas e meia da madrugada um namorado que regressava do «rendez-vous» nocturno em que tivera um doce colloquio da rua para um terceiro andar, ia pela rua da Prata fóra cantando mui distraido:

« Quizera ser boi ou vacca,
Ou outr'alimal maior
Para poder beber agua
Onde bebe o meu amor.»

Uma patrulha perfilou se com elle:

— Que faz você?

— Canto.

— De onde vem?

— De ao pé della.

— Para onde vae?

— Scismos com elle.

— Ah! Não responde coherente. Vauha preso.

— Como eu ha muito que ando preso, não me importa isso.

— E é por suspeito.

— Suspeito que não tem razão, mas vou.

E o misero seguiu-os cantando outro quarteto á sua bella.

Nesta terra até por cantar se vai preso.

(Revolução de Setembro)

Sete de malo! — Ha trinta e cinco annos que o governo despotico do usurpador man- dou justicar na Praça Nova dez individuos, por serem liberaes!

As almas dos martyres terão advogado a santa causa da liberdade perante o Rei dos reis, rogando pela prosperidade de Portugal, pela sua liberdade e independencia.

Levemos ao pés do Altissimo as nossas ora- ções por esses martyres, e ao publico os seus nomes, que são os seguintes:

Antonio Bernardo de Brito e Cunha, Ber- nardo Francisco Pinheiro, Clemente da Silva Mello Soares e Freitas, Francisco Manuel Gar- vito da Veiga e Lima, Francisco Silverio de Car- valho, Joaquim Manuel da Fonseca Lobo, José Antonio d'Oliveira da Silva Barros, José Maria Martiniano da Fonseca, Manuel Luiz Nogueira, e Victorio Telles de Medeiros.

(Justiça, de 7 de maio.)

Por bem fazer mal haver. — Ulti- mamente em Bredstrup, no Seleswig, uma senti- nella avançada dinamarqueza descobriu um sar- gento austriaco que, perdido no caminho, parecia estar extremamente fatigado. O soldado pousou a arma e tendo-se dirigido ao sargento inimigo, offereceu-lhe o seu cantil. Este ultimo bebeu; e para recompensar o generoso soldado do serviço que lhe prestou, julgou o mais acertado fazel-o prisioneiro.

O feld marechal de Glabenz, informado de este facto, fez ir á sua presença os dois homens. O sargento, reprehendido pelo seu proceder des- leal recebeu baixa do posto; e o prisioneiro re- enviado a Frederia, carregado de felicitações e presentes.

(Diario Mercantil.)

A molestia da vinha inoculada no corpo humano. — E' muito curioso e digno da maior attenção o seguinte facto:

O sr. Collin observou tres casos de doencas mui graves, que elle attribue á inoculação do *oidium* da vinha, que teria determinado um ver- dadeiro envenenamento.

Nos tres casos deram-se as mesmas circum- stancias, e observaram-se os mesmos phenome- nos.

Tres individuos, podando a sua vinha, infe- cionada pelo *oidium*, fizeram um ligeiro golpe na pelle.

Passados alguns dias manifestaram-se cala- frios, prostração, axorecia, symptomas de remit- tencia e de intermittencia, e phenomenos geraes que fizeram hesitar sobre o diagnostico.

A ferida, que no principio parecia insignifi- cante, tomou logo máo caracter; o membro ad- emaciou-se, sobreveiu a gangrena, desinvolveram- se symptomas de uma infecção geral, e circum- stancia capital e digna de notar-se, a bocca cobriu- se de sapinhos.

O sr. Collin começou já a fazer experiencias nos animaes, inoculando-lhes o *oidium*. Veremos o resultado.

(Portuguez.)

Balanco do movimento da Caixa Economica d'esta cidade no mez de abril de 1864.

ENTRADAS	
Depositos recebidos.....	212\$870
Letras idem.....	1:341\$660
Juros idem.....	144\$675
Saldo do mez antecedente.....	2:575\$845
	<hr/>
	4:275\$050

SAHIDAS	
Depositos restituídos.....	141\$760
Emprestimos.....	2:388\$570
Juros pagos.....	\$140
Saldo em caixa.....	1:744\$580
	<hr/>
	4:275\$050

Valor dos depositos a cargo da Caixa em 30 de abril..... 23:833\$660
 Valor das letras a receber existente na mesma data..... 22:957\$220
 Escriptorio da Caixa Economica de Aveiro, 2 de maio de 1864.

O secretario
 A. Pinheiro.

Santa Cruz. — Celebrou-se no dia 5 (ainda que impropriamente) do presente mez na igreja parochial da Vera Cruz d'esta cidade a festa á padroeira do mesmo nome, havendo missa cantada, e sermão de tarde. Dirigia a musica de capella o sr. Pinheiro Nobre, em que apresentou missa nova.

Pregou o revd.º parcho da freguezia o sr. Valente, mostrando ao auditorio um bonito discurso sobre a invenção da Santa Cruz de Christo.

Foi precedido por algumas peças extrahidas da opera Duo Foscarí e outras composições modernas, que com frequencia se ouviram executar e que tanto lisongeavam os ouvidos d'aquella assembléa.

Rectificação. — Cumpre-nos fazer uma rectificação á noticia publicada no n.º 293 d'oste jornal sob a epigrapha *Julgamento*, que por engano do nosso informador saiu um pouco alterada.

A mulher que, no dia em que estava para ser julgada o réo Russo, veio apresentar a certidão ou attestado de doença não era a propria testemunha, mas sim outra mulher que nos dizem ser d'Ihavro.

Na audiencia constou ao digno juiz que a testemunha se achava costurando em uma casa proxima dos tribunaes, e sendo esta mulher uma das mais importantes testemunhas do julgamento, da qual a parte accusadora, o M. P. não prescindia, foi por ordem do sr. juiz mandada chamar para comparecer na audiencia, e sendo em seguida examinada por dois facultativos declararam estes — que se a mulher soffria algum incommodo não era elle tal que a impedisse de vir depôr no julgamento.

Não nos compete a nós decidir se é falso ou verdadeiro ou attestado que lhe fora passado; está essa questão affecta ao tribunal competente, que o ha de julgar conforme fór de justiça e de rasão.

Eis o que nos cumpre declarar em abono da verdade.

Regulamento geral de contabilidade. — Recebemos um exemplar do *regulamento geral de contabilidade publica precedido do relatório e do decreto que o approvou e acompanhado dos modelos que lhe são concernentes.*

É um grosso volume de 687 paginas, que nos foi enviado pela repartição competente, e cuja offerta summamente agradecemos.

Partida. — Já parti para a Figueira a fim de tomar conta da capitania do porto d'aquella villa, o sr. Carlos Henriques Portugal Price, que por espaço de 18 mezes exercera eguaes funcções no porto d'Aveiro.

O sr. Price ha de sempre ser lembrado, com saudade, pelos habitantes d'esta cidade, porque á rigidez do seu caracter reunia s. s.ª as conveniencias d'un tracto fino e do mais attencioso cavalheirismo.

Festa artistica. — Não se podendo verificar no domingo ultimo a installação do *monte pio dos artistas aveirenses*, em consequencia de não terem baixado assignados os respectivos estatutos, ficou esta festa adiada para o proximo domingo, a qual terá lugar pelas 2 horas da tarde em uma das salas do lyceu.

O seu presidente lerá n'essa occasião um discurso apropriado ao assumpto. As janellas do lyceu apparecerão embebeiradas; á noite serão illuminadas, tocando então no largo municipal as duas philharmonicas da cidade.

Aulas ecclesiasticas. — Em consequencia das proximas temporas da SS.ª Trindade, e para que os ordinandos do bispado possam apromptar-se a tempo de irem receber ordens, pôz-se ponto nas aulas ecclesiasticas do bispado d'Aveiro, tendo já sido examinados todos os estudantes, nas respectivas disciplinas.

CORREIO

(Do nosso correspondente)

Lisboa, 8 de maio.

A questão academica está resolvida pelo parlamento. Os considerandos do parecer da commissão de instrução publica são os seguintes:

« A commissão considera altamente offensivo dos brios academicos, e postergadora dos direitos da sociedade a dispensa requerida.

« A pertençaõ mais audaciosa do decado poder absoluto foi a de conferir sciencia por meio de diplomas. O diploma é o attestado que abona

e authenticas as provas de sciencia produzidas perante juizes competentes.

« O poder que dispensasse d'essas provas invalidaria as attribuições exclusivas d'aquelles juizes; mandaria reconhecer documentos sem fé publica; delataria a dignidade individual dos agraciados com um insolito favor.

« Nem ha precedentes que destruam a verdade constitucional d'esta doutrina n'uma epoca em que já não é licita a transigencia com antigos abusos, nem permitida a quebra dos principios liberaes.

« Por tanto a commissão entendeu que o poder executivo cumpriu o seu dever desattendendo á pretensão dos alumnos da universidade, e não promovendo medida legislativa, que sustasse o cumprimento da lei, que nenhuma consideração pode deixar de cumprir em materia tão grave, e julga que o requerimento d'aquelles alumnos não pôde ser attendido pela camara.»

Dispensando-se o regimento a requerimento do sr. José de Moraes entrou logo o parecer em discussão.

O sr. Beirão protestou contra a asserção de que o perdão d'acto se desse só nos governos absolutos, havendo-se dado já quatro no governo constitucional, mandando afinal para a me-a uma proposta — para que se concedesse perdão d'acto aos estudantes com boa frequencia sendo admittidos a exame aquelles que o pretendessem, sujeitando-se ás consequencias.

O sr. Thomás Ribeiro advogou dignamente a causa dos academicos. «Os vinte annos, disse s. ex.ª, são a primavera da vida, e ninguem pretenda colher fructos onde Deus quiz que só brotassem flores.

O sr. duque de Loulé declarou que a ordem estava completamente restabelecida em Coimbra, e que as instrucções dadas tanto ao prelado da universidade como ás auctoridades, eram para se haverem com prudencia e moderação na representação « das expansões do verdor dos annos.»

O sr. Garcez sustentou o parecer da commissão, e declarou que a proposta do sr. Beirão não podia ser aceita, por que então seria peor a emenda que o soneto.

O sr. Mendes Leal disse que apesar de não ser filho da universidade, tinha os estudantes em subida consideração, e que sempre por elles tem manifestado a sua sympathia. Mas que no caso presente não podia louvar o procedimento da academia. Respondendo ao sr. Thomás Ribeiro disse o sr. ministro da marinha:

«Julga sua ex.ª que são os vinte annos a primavera da vida, e que á primavera se não dão de pedir fructos, mas flores. Também assim o creio. Dê a primavera, dê a mocidade flores. Mas que flores devem ser essas? E que flores são estas que brotam no que se tem visto, no que se está vendo, no que se está passando? Flores serão, mas flores lutosas, mais para se inclinarem em cemiterios do que para desabrocharem em jardins. Fructos querem ali considerar? Sel-o-hão também. Provêm de sementes antigas... São fructos d'arvores bem tristemente frondosas, mas não as plantaram as mãos da mocidade generosa, cultivaram-as as traças da caduquez politica.»

« A fracção da academia (disse ainda o sr. Mendes Leal) que se dirigiu ao Porto foi, ouvir uma missa por alma do sr. D. Pedro V. Não sei qual foi a intenção de tal acto em tal occasião. Não sei nem quero saber-o. Não prescuto intenções... Supponho só que se quiz propiciar os manes do soberano chorado para melhor alcançar o despacho pedido. Mas esse principe, que juntava a toda a austeridade moral toda a elevação philosophica, esse principe costumava dizer nas officinas e nas escolas

« Eu sou o amigo dos que trabalham » Como se lhe pediria pois

« Dispensae-me de um trabalho! »
 Dividida a conclusão do parecer em duas partes, foi a primeira approvada por 61 votos contra 15, e a segunda approvada tambem por 58 votos contra 17.

Pelo ministerio do reino foi enviada uma portaria ao prelado da universidade recommendando: — que se pozesse ponto em tempo competente; observancia dos regulamentos academicos; que se estabelecesse uma rigorosa policia academica; que fossem mettidos em processo os que *d'ora em diante* alterassem a ordem publica, e finalmente, que se procedesse de modo que não podesse suppôr-se que havia proposito de persiguição.

— Os alumnos da escola polytechnica fizeram uma reunião. Apresentaram-se diffrentes alvites. Queriam uns que se representasse contra a dispensa dos exames; outros entendiam que deviam abraçar a causa da academia. Por fim parece que assentaram em promover tão sómente uma subscrição para enviar aos estudantes que abandonaram a universidade.

— A «Revolução» d'hoje diz que o sr. duque de Loulé communicara hontem na camara aos deputados ministeriaes, que os estudantes iam regressando a Coimbra em grande numero, e que alguns dos deputados que são lentos, aconselhavam agora todo o rigor para com os estudantes, não consentindo sequer que se lhe abonassem as faltas. Asseguraram-nos que não é verdade, que alguém aconselhasse ao governo que procedesse com todo o rigor; pelo contrario todos concordam em que é prudente perdoar e esquecer os desvarios dos vinte annos.

— Falla-se na exoneração do sr. Ferrer, e indigam-se alguns cavalheiros para o substituir. Temos razões para crer que este boato se não realisará.

— Desde 1814 que, além de algumas uni-

tem havido uma revolução academica de dez em dez annos. Naquelle anno houve uma; em 1821. outra por causa da constituição; em 1834, constituição de 1820; em 1844 pronunciamto adherindo á revolução de Almeida onde se achava o conde de Bomfim Os estudantes triumpharam durante a noite, prenderam o governador civil no Aljube, e tomaram alguns pontos da cidade. Mas pela madrugada deslizeram tudo n'um momento: E' que só havia quem mandasse, entre a academia e pouco quem obdescesse.

Em 1854 houve a revolta chamada hoje Thomarada. Em 1864, perdão d'acto.

— Na camara dos pares concluiu-se a approvação do projecto do tabaco. Houve apenas alguma discussão sobre o artigo 29, que trata dos empregados do contrato. O sr. conde d'Avila, que calculou em cerca de mil contos o deficit, que deve resultar da adopção da liberdade do tabaco, mostrando-se durante a discussão altamente economico, advogou a causa — d'aquelles empregados serem amparados pelo governo, o que não é muito economico, nem tende a diminuir a cifra de mil contos do deficit que, no pensar de s. ex.ª ha de resultar da lei de liberdade do tabaco!

Temos para nós, que se estabeleceu um máo precedente, porque, d'ora em diante, os empregados de qualquer empresa particular, que deixe de existir, podem requerer ao governo lre dê quinhão no orçamento do estado a exemplo do que se praticou com os empregados do contracto.

— Hontem discutiu-se o projecto em separado do sr. J. M. Eugenio — impondo o perdimento do pariato ou a cadeira de deputado, aos que directa ou indirectamente tomassem parte na futura arrematação do contracto do tabaco. Foi impugnado este projecto e regeitado. Nem podia a camara decidir de outro modo.

— Concluiu-se tambem hontem a approvação do projecto das licenças aos juizes.

— Na camara dos deputados entrou em discussão na sexta-feira o projecto para approvar o contracto celebrado entre o governo e a companhia ingleza do caminho de ferro de sueste, para a venda do caminho do Barreiro ás Vendas Novas com o ramal de Setubal, e para a construção do prolongamento da mesma via ferrea até Faro e ramal para Estremoz e para a fronteira por Mortola.

A subvenção para estes caminhos é de 18 contos por kilometro. Parece-nos bastante caro.

Não combatendo o projecto, muitos deputados usaram da palavra, mostrando a conveniencia de se fazerem diversos caminhos de ferro nas provincias do norte e especialmente o da Beira.

O sr. ministro das obras publicas declarou que sairia do gabinete se não fosse approved o projecto. Concorde com os deputados na conveniencia do caminho de ferro da Beira e outros, mas disse que não era possivel fazer tudo ao mesmo tempo.

O projecto foi hontem approved.

— Teve lugar na quinta feira a abertura solemne da exposição annual da sociedade promotora das bellas artes em Portugal. Assistiram suas magestades os senhores D. Luiz e D. Fernando, sua alteza o principe D. Augusto, muitas damas e cavalheiros de distincção. A exposição tem obras de subido merecimento.

— Os estudantes de Turim tambem fizeram o seu pronunciamto contra um novo regulamento universitario.

— O «Diario» de hontem publica a carta de lei approvando a convenção celebrada entre Portugal e a Belgica, estabelecendo o regate dos direitos do Escalda, e tendente a augmentar e desenvolver as relações commerciaes e maritimas entre os dois paizes. Pelo resgate cabe a Portugal pagar 23:280 francos.

Vem publicada outra carta de lei approvando as tres convenções entre Portugal e a Noruega e Suecia, sobre a transmissão de bens, prisão e entrega de marinheiros desertores, e extradicação reciproca de accusados e malfeteiros.

Conta a «Revolução» que o sr. Sette, official do ministerio do reino, fóra visto dentro de uma carruagem, indo a traz um correio de ministro. Custa-nos a ver esta noticia; mesmo por que mal podem combinar-se estas idéas de ostentação ruidosa mas balsa, de pretender fingir de ministro, com a submissão com que o sr. Sette, nas camaras, nas secretarias e por toda a parte emfim, segue a traz do sr. duque de Loulé, como um servo humilde, que procura constantemente adivinhar os menores desejos do seu senhor, e carear assim as suas boas graças!

— Por nos ser impossivel escrever a correspondencia de 1 do presente mez, roguei a um amigo de o fazer. Foi pois elle que deu a noticia de que o sr. Casimiro Barreto-Ferraz se julgou altamente offendido. Parece-nos que s. ex.ª mais tem motivo para agradecer do que para censurar a publicação da noticia.

O boato circulava, e circula ainda. Apurar a verdade como pretende o sr. Casimiro é difficil, porque seria mister recorrer aos ministros, e estes de certo não dariam explicações sobre tal objecto, quando mesmo alguém se julgasse com direito a pedir-lhas. Ora a publicação do boato deu em resultado — o ter o sr. Casimiro Barreto occasião de pugnar pelo seu credito.

Mais motivo tem pois para agradecer do que para se agastar com o correspondente, que a final só fez um serviço ao sr. Casimiro, e ao outro seu collega o sr. João Carlos.

Se ss. ex.ªs pensarem um pouco mais friamente, parece-nos que não de concordar em que receberiam favor e não agravo.

— Parece que é ámuhã apresentado ao parlamento o plano da reorganização do exercito.

A commissão, consta, fez muitas emendas com as quaes concordou o sr. ministro. Veremos se d'esta vez sae a obra a contento de todos. Duvido.

ANNUNICOS

No dia 22 do corrente mez pelas 10 horas da manhã no lugar de Taboeira e e nas moradas da fallecida Maria Marques d'Almeida se hão de arrematar todos os bens moveis de mesmo casal, e bem assim as propriedades seguintes:

Um pinhal na alagoa do junco limite d'Azurva que leva meio alquire de sementeira.

Um bocado de matto no sitio do Sargassal limite da Quintam.

Uma praia de estrume no sitio do Corgo que leva de sementeira dois alqueires e meio pouco mais ou menos.

Escrivão, Gusmão.

BANCO ALLIANÇA
 Agencia em Aveiro

O agente d'este banco José Antunes de Azevedo faz publico que se encarrega de toda e qualquer transferencia de fundos entre esta cidade, Porto, Lisboa, Coimbra, Vianna, Braga, Guimarães, Vizeu, Lamego, Abrantes, Amarante, Barcellos, Caminha, Castello Branco, Covilhã, Elvas, Figueira d'Castello Rodrigo, Leiria, Ilha da Madeira, Pena Fiel, Regua, Setubal, Villa do Conde, Villa Nova de Portimão, Villa Real, e Villa Real de Santo Antonio, bem como para todas as outras terras do reino e praças estrangeiras, aonde o banco tiver correspondentes.

Desconta letras, cujos vencimentos não excederem a doze mezes, e faz empréstimos pelo mesmo prazo sobre pinhoes de ouro ou prata ou acções dos bancos do Porto ou Lisboa, e inscrições de tres por cento.

Aveiro 4 de maio 1864. (2)

Pela repartição de fazenda do districto d'Aveiro se faz publico que os possuidores de titulos de divida fundada com assentamento devem apresentar na mesma repartição até ao dia 16 do corrente mez as relações que contenham os numeros dos seus respectivos titulos para serem legalizadas na junta do credito publico, a fim de se lhes effectuar o pagamento dos juros pertencentes ao actual semestre em conformidade das instrucções de 8 de outubro de 1857.

— Na mesma repartição se fornecem os competentes impresos para as relações.

Aveiro 3 de maio de 1864.

Pelo delegado do thesouro
Joaquim Sequeira Moreira

Pela direcção das obras publicas do districto d'Aveiro se faz publico que até ao dia 12 do corrente se recebem propostas para o fornecimento de 1:764 metros cubicos de pedra britada para o lanço de estrada de Salreu a Estarreja. No escriptorio da secção em Ovar ou na secretaria da direcção em Aveiro estão patentes todos os esclarecimentos relativos a este fornecimento.

Aveiro 1 de maio de 1864
 F. de Resende Junior.
 Engenheiro chefe da secção. (3)

Rio de Janeiro



A velleira barca «Monteiro 2.ª», de 1.ª classe.

Sahe com brevidade, quem na mesma quizer carregar ou ir de passagem para o que tem os millores commodos e bom tratamento, apagar ou no Rio de Janeiro, trta-se no Porto, em cima do Muro com José de Sousa Monteiro e Silva n.º 1 e 2; ou com Luiz Pereira Fermin n.º 19.

Este navio torna-se recomendavel pela sua qualidade e bom tratamento, tendo 1.ª, 2.ª e 3.ª meza.

RESPONSÁVEL:— M. C. da Silveira Pimentel.

— Typ. do «Districto de Aveiro».